



A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DAS IFES DE MINAS GERAIS

Eduardo de Sousa Veloso

*Doutorando em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – E-mail –
eduardo.veloso2@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0001-9237-8697>*

Janaina da Conceição Martins Silva

*Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – janaina.silva@uemg.br
<https://orcid.org/0000-0002-3494-4312>*

Jéssica Rodrigues

*Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – jessica.rodrigues.mq@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2556-0405>*

GD1 – Ensino de Matemática, inclusão e diversidade: perspectivas atuais nos cursos de Licenciatura em Matemática e Pedagogia

Resumo: Este estudo investiga a presença da temática da Educação Inclusiva nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) das Licenciaturas em Matemática das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) de Minas Gerais, à luz das diretrizes legais brasileiras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e documental, realizada a partir de dados dos PPCs de 16 instituições, com foco nas disciplinas e suas ementas, classificadas conforme a presença ou ausência da temática da inclusão. Os resultados evidenciaram três cenários: instituições que não contemplam a Educação Inclusiva em suas ementas; aquelas que abordam o tema de forma pontual em disciplinas não específicas; e instituições que possuem disciplinas específicas voltadas à inclusão. Observou-se que, embora haja avanços, especialmente na oferta de componentes curriculares específicos, a temática ainda aparece, em muitos casos, de forma fragmentada e pouco integrada ao conjunto da formação docente. Conclui-se que, apesar das exigências legais, a inserção da Educação Inclusiva nos currículos ainda ocorre de maneira desigual, indicando a necessidade de uma abordagem mais ampla e transversal na formação de professores de Matemática.

Palavras-chave: Ensino Superior. Formação de Professores. Licenciatura em Matemática. Projeto Pedagógico de Curso. Educação Inclusiva.

1 Introdução

A Educação Inclusiva constitui-se como um princípio ético, político e pedagógico indispensável à consolidação de sistemas educacionais democráticos, ao reconhecer e assegurar o direito incondicional de todos os sujeitos à aprendizagem, à participação e ao pertencimento no espaço escolar (Mantoan, 2003).

No entanto, quando se trata do ensino de Matemática, a efetivação dos princípios da Educação Inclusiva ainda encontra desafios. Historicamente, a Matemática tem sido concebida como uma disciplina marcada por pela utilização de linguagens simbólicas complexas e por práticas pedagógicas frequentemente centradas na transmissão de conteúdos (Ventura *et al.*, 2010). Soma-se a isso a persistência de uma concepção socialmente difundida de que a “Matemática é para poucos”, o que contribui para processos de exclusão e para a naturalização de dificuldades de aprendizagem nessa área (Silveira, 2011). Nesse sentido, torna-se relevante investigar como a formação inicial de professores de Matemática tem incorporado a perspectiva da inclusão.

No contexto brasileiro, a Lei nº 13.146/2015 estabelece a inclusão como diretriz obrigatória nas políticas educacionais, determinando sua incorporação nos currículos de formação docente (Brasil, 2015). Adicionalmente, o Decreto nº 5.626/2005 dispõe sobre a inserção obrigatória da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de formação de professores, o que se reflete em currículos nos quais se verifica a presença dessa disciplina.

Entretanto, é importante destacar que a presença da Libras, embora fundamental, não esgota a complexidade da Educação Inclusiva. A inclusão, em sentido amplo, abrange diferentes dimensões, como as deficiências intelectuais, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação e outras formas de diversidade que demandam abordagens pedagógicas diferenciadas. Assim, a garantia de uma disciplina específica não assegura, por si só, a formação de professores capazes de atuar em contextos educacionais verdadeiramente inclusivos.

Nesse cenário, Mantoan (2003) enfatiza que a inclusão não deve ser concebida como um conteúdo isolado, mas como um princípio transversal que permeia toda a prática pedagógica. Tal perspectiva reforça a necessidade de analisar não apenas a existência de disciplinas específicas, mas também como a temática está distribuída e integrada ao longo da formação docente.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar a presença da temática da Educação Inclusiva nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) das Licenciaturas em Matemática das IFES de Minas Gerais. O trabalho está organizado em três seções. A primeira apresenta a metodologia da pesquisa; a segunda discute os resultados obtidos a partir da análise dos PPCs das Licenciaturas em Matemática das IFES de Minas Gerais; e a terceira traz as considerações finais acerca da Educação Inclusiva na formação de professores.

2 Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, exploratória e documental. Segundo Gil (2008), a abordagem qualitativa possibilita compreender e interpretar os dados analisados a partir de seus significados e contextos, a pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, tornando-o mais explícito. Já a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico, como documentos institucionais e arquivos oficiais.

A primeira parte do estudo foi desenvolvida com base em dados do Censo da Educação Superior de 2024, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o objetivo de identificar IFES localizadas em Minas Gerais que ofertam cursos de Licenciatura em Matemática. Ao todo, foram identificadas 16 instituições.

Na etapa seguinte, foi feita a análise dos PPCs dessas instituições, com foco específico nas disciplinas e em suas respectivas ementas, buscando identificar a presença da temática da Educação Inclusiva. A busca pelos PPCs das 16 instituições foi realizada por meio de consulta às páginas oficiais de cada instituição, no mês de abril de 2026.

Ressalta-se que uma mesma instituição pode apresentar mais de um PPC, em virtude da oferta do curso em diferentes campi. No entanto, para fins de padronização da análise, foi selecionado apenas um PPC por instituição, priorizando-se as versões mais recentes disponíveis.

A análise dos dados consistiu na verificação da presença da temática da Educação Inclusiva nas ementas das disciplinas, organização e tabulação de dados identificados, além da classificação em três categorias: (i) ausência do tema; (ii) presença em disciplinas não específicas sobre inclusão; e (iii) presença em disciplinas específicas voltadas à temática da Educação Inclusiva.

3 Resultados e Discussão

Os dados coletados estão organizados no Quadro 1, no qual se apresenta um panorama da presença da temática da Educação Inclusiva nos PPCs das Licenciaturas em Matemática das IFES de Minas Gerais analisadas. Destaca-se que, em todos os PPCs examinados, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) está presente, em conformidade com o disposto no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre a Libras.

Quadro 1 – Presença da Educação Inclusiva nos PPCs

Instituição	Ano do PPC	Presença do tema	Disciplinas
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2013	Não encontrado	—
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	2022	Não encontrado	—
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	2024	Não encontrado	—
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2023	Apenas em disciplinas não específicas	Psicologia da Educação; Estágio Supervisionado e Prática no Ensino Médio II
Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	2023	Apenas em disciplinas não específicas	História e Política Educacional; Prática como Componente Curricular IV
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2019	Em disciplinas específicas	PROINTER III (Diversidade e Inclusão na Educação Matemática)
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	2024	Em disciplinas específicas	Prática Extensionista: Educação Inclusiva; Produção de Material Didático para o Ensino Inclusivo; Educação e Gestão nos Processos Inclusivos
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	2018	Em disciplinas específicas	Fundamentos da Educação Inclusiva I; Fundamentos da Educação Inclusiva II
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	2023	Em disciplinas específicas	Diversidade e Inclusão I; Diversidade e Inclusão II; Equidade, Diversidade e Inclusão no Ensino de Matemática
Instituto Federal do triângulo Mineiro (IFTM)	2023	Em disciplinas específicas	Educação Inclusiva: Fundamentos, Políticas e Práticas
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG)	2023	Em disciplinas específicas	Educação para Diversidade
Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	2021	Em disciplinas específicas	Tendências Pedagógicas Inclusivas
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG)	2024	Em disciplinas específicas	Educação Inclusiva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	2025	Em disciplinas específicas	Seminário de Educação e Inclusão
Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ)	2019	Em disciplinas específicas e não específicas	Específicas: Educação e Diversidade. Não específicas: Seminários de Prática Pedagógica
Instituto Federal Sul de Minas (IFSULDEMINAS)	2022	Em disciplinas específicas e não específicas	Específicas: Educação Especial e Educação Inclusiva; Atividade de Extensão IV: Matemática e Educação Inclusiva. Não específicas: Didática

Fonte: Elaboração própria.

Esta pesquisa dialoga com o estudo de Ferreira e Santos (2021), que analisou os PPCs dos cursos de Licenciatura em Matemática do estado do Acre. As autoras identificaram que, embora existam avanços respaldados pelas legislações e diretrizes voltadas à Educação Inclusiva, a temática ainda aparece de maneira limitada nos currículos, muitas vezes restrita.

A partir da análise feita nesta pesquisa, foi possível identificar três cenários. O primeiro refere-se às IFES que não contemplam a Educação Inclusiva nas ementas de nenhuma disciplina, como é o caso da UFMG, UFV e UFJF. Esse resultado chama atenção, sobretudo ao se considerar que se trata de PPCs relativamente recentes, como o da UFJF (2024) e o da UFV (2022), o que evidencia que a atualização curricular nem sempre tem incorporado, de forma efetiva, as demandas contemporâneas relacionadas à inclusão.

O segundo cenário engloba instituições nas quais a temática aparece de forma pontual, diluída em disciplinas não específicas, como Psicologia da Educação ou Estágio Supervisionado. Nesses casos, embora a inclusão esteja presente, ela não constitui o foco central da formação, sendo abordada de maneira transversal, porém muitas vezes superficial. Tal configuração pode indicar uma tentativa de integração do tema no curso, mas sem garantir o aprofundamento necessário à atuação docente em contextos inclusivos.

O terceiro cenário, mais recorrente entre as IFES analisadas, diz respeito àquelas que apresentam disciplinas específicas voltadas à Educação Inclusiva. Universidades e Institutos Federais como UFU, UFLA, UNIFAL, UNIFEI e diversos IFs demonstram maior alinhamento com as diretrizes legais ao incluir componentes curriculares explicitamente dedicados à temática. Em alguns casos, observa-se inclusive a oferta de mais de uma disciplina, o que pode contribuir para uma abordagem mais consistente e sistematizada da inclusão na formação inicial de professores.

Entretanto, mesmo entre as instituições que contemplam disciplinas específicas, verifica-se que, em muitos casos, a Educação Inclusiva permanece concentrada em componentes isolados do currículo. Essa organização pode reforçar uma visão segmentada da inclusão, tratando-a como um campo à parte, e não como um princípio estruturante da prática pedagógica. Tal constatação contrasta com os estudos de Mantoan (2003), que defende a inclusão ampla em todos os campos.

De modo geral, os resultados evidenciam avanços na incorporação da Educação Inclusiva nos currículos, especialmente no que se refere à criação de disciplinas específicas. Contudo, persistem lacunas significativas, tanto na ausência completa do tema em alguns cursos quanto na sua abordagem fragmentada em outros.

Dessa forma, apesar da obrigatoriedade legal estabelecida pela Lei nº 13.146/2015 e de outras normativas que orientam a formação docente, observa-se que a implementação da Educação Inclusiva nos PPCs ainda ocorre de maneira desigual e, por vezes, limitada. Esse cenário aponta para a necessidade de uma revisão curricular, que compreenda a inclusão não apenas como um conteúdo, mas como um princípio orientador de toda a formação de professores de Matemática.

4 Considerações Finais

Durante a realização deste trabalho, foram encontrados dados que indicam que há carência de disciplinas voltadas para a Educação Inclusiva nos cursos de formação de professores com o objetivo de prepará-los para pensar e fazer uma inclusão de maneira justa e equitativa.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de investigações que analisem não apenas a presença da temática da Educação Inclusiva nos PPCs, mas também como ela se concretiza nas práticas formativas e nas experiências vivenciadas pelos licenciandos. Além disso, foram identificadas possíveis lacunas relacionadas à integração da inclusão ao currículo de forma transversal e articulada ao ensino de Matemática, evidenciando a importância de estudos que discutam estratégias pedagógicas e práticas efetivamente inclusivas na formação de professores.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

Ferreira, Cristhiane de Souza; Campos, Maria Aparecida Santos e. Uma apreciação à Educação Inclusiva nos cursos de Licenciatura de Matemática do estado do Acre. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, Criciúma, 2021. p. 16–32.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. Brasília: INEP, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

SILVEIRA, Maria Rosâni Abreu da. A Dificuldade da Matemática no Dizer do Aluno: ressonâncias de sentido de um discurso. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 2011.

VENTURA, C.; SANTOS, N.; CÉSAR, M.. Comunicar sem ver: Um estudo sobre formas de comunicação com alunos cegos em aulas de matemática. In: MATOS, J. M.; DOMINGOS, A.; CARVALHO, C.; TEIXEIRA, P. C.. Caparica - Portugal: *Investigação em Educação Matemática: Comunicação no ensino e na aprendizagem da matemática*, 2010. P. 114-127.